

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.789 - SP (2019/0243119-1)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : TIAGO LAUTON PEREIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : FERNANDO BARBIÉRI - SP249447  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. LIVRAMENTO CONDICIONAL. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES. REVOGAÇÃO. POSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DA CONCLUSÃO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NECESSIDADE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

Recurso improvido.

**DECISÃO**

Recurso ordinário interposto por **Tiago Lauton Pereira** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou o *Habeas Corpus* n. 2104943-73.2019.8.26.0000 (fl. 161):

*Habeas Corpus*. Impetração pleiteando o restabelecimento do livramento condicional e realização de nova solenidade de advertência. Benefício suspenso e revogado em razão do não comparecimento ao setor de fiscalização. Inteligência do art. 87 do Código Penal. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.

Alega o recorrente ilegalidade na revogação do livramento condicional. Aduz que foi surpreendido com a notícia de que estava sendo acusado em outro processo e, no período compreendido entre o início desse outro feito, *ficou impedido de comparecer para assinar e justificar suas atividades* (fl. 170).

Sustenta ainda (fl. 171):

[...]

Neste aspecto, nos parece que houve um equívoco na interpretação da ficha de comparecimento, que indica com clareza que o PACIENTE comparecendo em 27 de janeiro de 2017 e confeccionando a carteirinha - vide fls. 514, primeiro comparecimento"; "compareceu regularmente em 20 de fevereiro de 2017 - vide fls. 514, segundo comparecimento"; "compareceu regularmente em 21 de março de 2017 - vide fls. 514, terceiro comparecimento"; "compareceu regularmente em 18 de abril de 2017 - vide fls. 514, terceiro comparecimento"; "justificou ausência em maio de 2017 - vide fls. 514, justificativa aceita com retorno em 30 dias";

# Superior Tribunal de Justiça

"compareceu regularmente em 20 de junho de 2017 - vide fls. 514, sexto comparecimento e regularização do comparecimento de maio de 2017".

Importante ressaltar que tais comparecimento não são assinados na ficha digital do processo, e sim na carteirinha de acompanhamento.

Assim, não nos parece razoável que o PACIENTE não tenha seu benefício restabelecido por "motivo que impediu seu comparecimento em juízo para cumprimento do benefício" ou mesmo "por interpretação equivocada da ficha de comparecimento".

[...]

Requer, ao final, seja restabelecido o livramento condicional com a imediata soltura do recorrente.

Liminar indeferida (fls. 190/191).

Informações prestadas (fls. 194/224), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pelo não provimento do recurso (fls. 228/231).

É o relatório.

O Tribunal *a quo*, ao indeferir a ordem de *habeas corpus* asseverou que (fls. 163/164):

[...]

O benefício foi sustado cautelarmente em razão do não cumprimento das obrigações impostas, tendo o paciente deixado de comparecer ao setor de fiscalização, sendo expedido o mandado de prisão ao regime fechado.

Às fls. 530 dos autos de execução n. 0016633-34.2016, o paciente assumiu que foi recapturado por não assinar a carteirinha, eis que estava em tratamento médico.

No entanto, não comprovou o alegado.

Em 08/03/2019, quando ouvido no Centro de Detenção Provisória de Suzano, declarou que estava assinando normalmente no fórum e descobriu que tinha um mandado de prisão expedido em seu desfavor e resolveu não comparecer ao fórum com medo de ser preso.

Some-se que, **conforme Relatório de Apresentação à Justiça de fls. 514, o paciente deixou de comparecer ao setor de fiscalização desde 20/07/2017.**

Anote-se que o paciente foi absolvido da imputação de tráfico de drogas e associação criminosa nos autos n. 0042458-86.2017, conforme Sentença de fls. 2332/2345 da referida ação penal, estando pendente apelação do Ministério Público e **que não respondeu ao referido processo preso, o que não constituiu óbice para comparecimento ao Juízo** (fls. 43).

**Dessa forma, o i. juiz das execuções revogou o benefício em 22/05/2019, nos termos do art. 87 do Código Penal**, que assim dispõe:

"Art. 87 - O juiz poderá, também, revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, ou for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja

privativa de liberdade." g.n.

Assim, nada de teratológico existe, estando a r. decisão devidamente fundamentada.

Consta da informação que o paciente foi removido para um dos estabelecimentos da rede SAP, em regime fechado e que foi retificado o cálculo de penas, observando-se que o período em que o paciente esteve em livramento condicional, não se desconta como pena cumprida, conforme disposição do art. 88 do Código Penal.

Por fim, deve-se ressaltar que o *habeas corpus* se presta a assegurar a liberdade de ir e vir, não sendo meio hábil para promover a apreciação de pedidos que devem ser deduzidos junto ao Juízo da Execução e que possuem uma via recursal própria.

[...]

Do excerto transcrito, verifica-se que não há ilegalidade a ser sanada, estando o acórdão impugnado de acordo com a jurisprudência desta Corte no sentido de que o livramento condicional deve ser revogado caso o apenado venha a praticar novo crime durante o período de prova (revogação obrigatória), hipótese em que se exige o trânsito em julgado da condenação (art. 86 do CP), ou caso descumpra injustificadamente as condições impostas (revogação facultativa) (art. 87 do CP). Havendo descumprimento injustificado das condições impostas na sentença, não configura constrangimento ilegal a revogação facultativa do livramento condicional, na hipótese em que houve a intimação do paciente para apresentar suas justificativas, assegurando-lhe o exercício do contraditório e da ampla defesa. (HC n. 197.168/SP, Ministro Gurgel De Faria, Quinta Turma, DJe 17/3/2015 - grifo nosso).

Ainda neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES. REVOGAÇÃO FACULTATIVA DO BENEFÍCIO. ART. 87 DO CÓDIGO PENAL. LAPSO TEMPORAL NO PERÍODO DE PROVA NÃO CONSIDERADO COMO TEMPO DE PENA CUMPRIDA. ARTS. 141 E 142 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O art. 87 do Código Penal dispõe que o juiz poderá, também, revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, ou for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade revogação facultativa.

2. O art. 141 da Lei de Execução Penal estabelece que se a revogação for motivada por infração penal anterior à vigência do livramento, computar-se-á como tempo de cumprimento da pena o período de prova, sendo permitida, para a concessão de novo livramento, a soma do tempo das 2 (duas) penas. Por seu turno, o art. 142 do mesmo diploma legal reza que, no caso de revogação por

# *Superior Tribunal de Justiça*

outro motivo, não se computará na pena o tempo em que esteve solto o liberado, e tampouco se concederá, em relação à mesma pena, novo livramento.

3. Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento de que na hipótese de revogação do livramento condicional em razão do descumprimento das obrigações constantes da sentença, não se computará como pena cumprida o prazo em que o apenado esteve em solto, a teor do art. 142 da Lei de Execução Penal.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp n. 1.244.333/RS, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 26/5/2017).

*Com efeito, não é cabível, no presente writ, a reavaliação das justificativas apresentadas pelo Apenado, a fim de alterar a conclusão das instâncias ordinárias sobre a controvérsia, pois tal providência demanda o revolvimento de matéria fático-probatória, o que não se admite na via estreita do habeas corpus, remédio constitucional de rito célere e de cognição sumária (HC n. 266.097/SP, Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 3/2/2014).*

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator